



RELATÓRIO DE GESTÃO

Com fulcro no Inciso I, art. 7º da Lei Estadual n.º 5.604/94, e em atendimento ao Item 02 do Anexo II da Resolução Normativa n.º 001/2016, o qual fará parte integrante da Prestação de Contas Anual.

O presente relatório tem por objetivo abordar de forma resumida, os aspectos relacionados à execução orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do exercício financeiro de 2021 do Poder Executivo do Município de Minador do Negrão - AL, oferecendo elementos para melhor compreensão dos quadros e tabelas expostas.

1 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal n.º 459/2021 de 01 de janeiro de 2021, que aprovou o orçamento para o exercício que se examina, contemplou o orçamento fiscal na importância de R\$ 35.542.875,87 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), bem como, o orçamento da seguridade social no valor de R\$ 17.825.945,30 (dezessete milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), totalizando R\$ 53.368.821,17 (cinquenta e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais e dezessete centavos).



A receita inicial prevista foi de R\$ 53.368.821,17 (cinquenta e três milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais e dezessete centavos) e a despesa fixada em igual valor, conforme demonstrado abaixo:

Receitas		Despesas	
RECEITAS CORRENTES	40.224.044,86	DESPESAS CORRENTES	36.186.636,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhor Contribuições	954.107,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.255.794,24
Receita Patrimonial	2.969.623,08	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	22.048,00
Receita Agropecuária	123.733,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.908.794,36
Receita Industrial	32.268,36		
Receita de Serviços	39.543,09		
Transferências Correntes	137.601,56		
Outras Receitas Correntes	34.664.718,70		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENT	1.302.449,36		
Receitas de Contribuições Intra-Orçamentár	2.072.251,28		
Sub-Total	42.296.296,14	Sub-Total	36.186.636,60
Receitas		Despesas	
RECEITAS DE CAPITAL	13.589.426,50	DESPESAS DE CAPITAL	16.047.047,26
Operações de Crédito	57.095,50	INVESTIMENTOS	15.076.722,49
Alienação de Bens	228.542,95	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍV	970.324,77
Amortização de Empréstimos	149.110,62		
Transferências de Capital	12.926.293,22		
Outras Receitas de Capital	228.384,21		
Sub-Total	13.589.426,50	Sub-Total	16.047.047,26
Resumo			
Receitas		Despesas	
Receitas Correntes	42.296.296,14	Despesas Correntes	36.186.636,60
Receitas de Capital	13.589.426,50	Despesas de Capital	16.047.047,26
Deduções da Receita	-2.516.901,47	Reserva de Contingência	1.135.137,31
Total	53.368.821,17	Total	53.368.821,17

A execução orçamentária foi realizada segundo o que preceitua a Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislações pertinentes.

Tomando por base o Balanço Orçamentário do exercício de 2021, pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas arrecadadas e as despesas fixadas em confronto com as realizadas, bem como fornece condições de verificação, de forma global, do



desempenho do Poder Executivo em termos de receitas e o emprego dos recursos públicos, conforme o Anexo XII constante da Prestação Geral de Contas.

E, sobretudo, o Poder executivo manteve o equilíbrio de suas contas, o que comprova que, os critérios de planejamento empregados foram satisfatórios, assegurando a manutenção do equilíbrio das contas sem prejuízo da manutenção das atividades pertinentes, visando desta forma atender plenamente o §1º do art. 1.º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os créditos adicionais destinados à suplementação de dotações orçamentárias foram abertos em conformidade com o que prescreve o Título V e seus artigos da Lei 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal, respeitando o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual - LOA e Lei de Crédito Especial, atingindo o total de R\$ 18.477.573,97 (dezoito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos) e anulações na mesma importância, assim distribuídos:

ESTADO DE ALAGOAS		EXERCÍCIO FINANCEIRO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINADOR DO NEGRÃO		2021	
		TOTAL ORÇAMENTÁRIO	53.368.821,17
		Autorização 20%	10.673.764,23
		Suplementar	10.611.076,51
		Especial	7.866.497,46
		Anulação	18.477.573,97
		Excesso de Arrecadação	408.378,27
		Superavit Financeiro	92.322,41

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CREDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

LEI N.º		DECRETO N.º				DATA	CREDITOS ADICIONAIS			ANULAÇÃO			
SUPLEMENTAR	CR ESPECIAL	SUPLEMENTAR	CR ESPECIAL				SUPLEMENTAR	ESPECIAL	TOTAL	ANULADO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	SUPERAVIT FINANCEIRO	TOTAL
459/2021		001	2021			01.01.2020	22.900,00	0,00	22.900,00	22.900,00	0,00	0,00	22.900,00
459/2021		002	2021			01.02.2020	72.114,35	0,00	72.114,35	72.114,35	0,00	0,00	72.114,35
459/2021		003	2021			01.03.2020	209.387,95	0,00	209.387,95	209.387,95	0,00	0,00	209.387,95
459/2021	463/2021	004	2021	04	2021	01.04.2020	347.162,81	7.130.448,44	7.477.611,25	7.477.611,25	0,00	0,00	7.477.611,25
459/2021		005	2021	05	2021	01.05.2020	445.591,05	30.000,00	475.591,05	475.591,05	0,00	0,00	475.591,05
459/2021		006	2021	06	2021	01.06.2020	1.038.608,27	37.000,00	1.075.608,27	1.075.608,27	0,00	0,00	1.075.608,27
459/2021		007	2021	07	2021	01.07.2020	1.092.211,59	45.930,00	1.138.141,59	938.141,59	200.000,00	0,00	1.138.141,59
459/2021		008	2021	08	2021	01.08.2020	1.525.933,12	117.501,95	1.643.435,07	1.551.711,52	0,00	91.723,55	1.643.435,07
459/2021		009	2021	09	2021	01.09.2020	1.168.610,65	99.000,00	1.267.610,65	1.205.408,83	62.201,82	0,00	1.267.610,65
459/2021		010	2021	10	2021	01.10.2020	1.308.617,51	108.200,00	1.416.817,51	1.406.424,01	10.393,50	0,00	1.416.817,51
459/2021		011	2021	11	2021	01.11.2020	1.365.548,66	123.318,00	1.488.866,66	1.391.861,45	97.005,21	0,00	1.488.866,66
459/2021		012	2021	12	2021	01.12.2020	2.014.390,55	175.099,07	2.189.489,62	2.150.113,02	38.777,74	598,86	2.189.489,62
TOTALS							10.611.076,51	7.866.497,46	18.477.573,97	18.477.573,97	408.378,27	92.322,41	18.477.573,97



Na execução orçamentária da despesa, embora tenham sido abertos créditos adicionais conforme demonstramos acima, não houve alteração no valor contemplado pela Lei Orçamentária Anual - LOA, já que esses créditos tiveram como recursos para sua abertura a anulação de outros créditos orçamentários.

2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA

A programação financeira constituiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e como base, estabelecer o cronograma de desembolso e os valores a serem distribuídos através de cotas.

Nesses aspectos, a programação financeira e o cronograma de desembolso, foram elaborados mensalmente tendo como base:

- . A previsão mensal dos recursos financeiros;
- . As informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2021;
- . Indicadores baseados no conhecimento das despesas fixas;
- . Indicadores baseados na proporção de despesas realizadas no exercício anterior, e;
- . Informações do Departamento de Recursos Humanos.

O balanço financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios, incluindo as transferências recebidas e concedidas de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no exercício de 2021, conjugados com os saldos



provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2021 se processou da seguinte forma:

MOVIMENTO DO ANO						
DÉBITO			CRÉDITO			
Saldo do Exercício Anterior		5.591.257,95	Despesa Orçamentária			27.402.534,44
Receita Orçamentária		30.165.988,46	Despesas Correntes			25.554.414,98
Receitas Correntes		30.165.988,46	Despesas de Capital			1.848.119,46
Receitas de Capital		0,00	Reserva de Contingência			0,00
Receita Intra-Orçamentária		2.558.645,23	Despesas Extra-Orçamentária			2.558.943,13
Receitas Correntes		2.558.645,23	Transferência Contábil			6.203,67
Receitas de Capital		0,00	Interferência Passiva			5.856.536,76
Dedução da Receita		-3.217.504,59	Orçamentária			5.856.536,76
Receita Extra-Orçamentária		2.825.180,74	Extra-Orçamentária			0,00
Transferência Contábil		4.921,92				
Interferência Ativa		5.856.536,76	Saldo em Caixa			500,00
Orçamentária		5.856.536,76	Saldo nos Bancos			7.960.308,47
Extra-Orçamentária		0,00				
Total:		43.785.026,47	Total:			43.785.026,47
CRÉDITOS ADICIONAIS DESTE EXERCÍCIO			MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA			
	Aprovado	Aberto	Disponível		Débito	Crédito
Suplementares	53.368.821,17	10.611.076,51	42.757.744,66	Saldo Anterior	7.586.671,56	R\$ 0,00
Especiais	0,00	7.866.497,46	0,00	Retirado no mês	R\$ 0,00	12.144.525,57
Sub Total	53.368.821,17	18.477.573,97	42.757.744,66	Depositado no mês	12.518.162,48	R\$ 0,00
Extraordinários	0,00	0,00	0,00	Saldo nesta Data	R\$ 0,00	7.960.308,47
Total	53.368.821,17	18.477.573,97	42.757.744,66	Total	20.104.834,04	20.104.834,04

Durante todo exercício financeiro, realizou-se principalmente o acompanhamento dos recursos recebidos e da despesa realizada, sendo constatado que as despesas foram realizadas não ocasionando frustração financeira no exercício correspondente.

A posição de caixa nulo e saldos em bancos coincidem com os existentes no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, o que demonstra a sua exatidão.



3 – LIMITE DAS DESPESAS COM PESSOAL

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.124.756,19	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	704.464,22	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	25.420.291,97	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (IIIa + IIIb)	14.238.272,73	56,01
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.726.957,66	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.040.609,78	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.354.261,89	48,60

Os valores constantes da despesa líquida com pessoal encontram-se incorporada as despesas do Poder Legislativo, e, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal dos poderes não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, estando, portanto, de acordo com a legislação vigente.

4 – AÇÕES DE OPERACIONALIDADE

A postura operacional da gestão pública foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo toda a legislação e acompanhando de forma prévia, todas as ações desenvolvidas, visando a proteção de ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção de eficiência operacional e a gestão otimizada dos processos financeiros e administrativos.

Nesses aspectos, procurou-se durante o exercício de 2021, aperfeiçoar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto a necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e garantindo a legitimidade dos processos.

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2021 deixou evidenciada a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução da administração se encontra pautada na gestão pública responsável.

Procurou-se, no entanto, organizar todas as ações a serem desenvolvidas pelo Poder Executivo em Programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, os quais de efetivaram de modo esperado, sendo, portanto, suficientes para dar cumprimento as metas estabelecidas.

A Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2021 foi elaborada conforme disposições contidas na Lei 4.320/64 e normas pertinentes, sendo que, no processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas as demandas existentes e as providencias para seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e LDO.

A Lei Orçamentária configurou-se como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receitas, onde procurou-se estabelecer políticas voltadas para o atendimento das obrigações financeiras com nossos credores e servidores, mantendo a organização e funcionamento da máquina pública.



Apresentamos a seguir as metas mensais de arrecadação e o cronograma mensal de desembolso.

MÊS	ORÇADA	RECEITA ARRECADADA
Janeiro		R\$ 2.063.369,92
Fevereiro		R\$ 3.107.690,62
Março		R\$ 2.259.194,73
Abril		R\$ 2.291.773,32
Maiο		R\$ 1.946.895,95
Junho		R\$ 2.171.411,16
Julho		R\$ 3.585.483,01
Agosto		R\$ 2.595.231,81
Setembro		R\$ 2.097.315,65
Outubro		R\$ 2.316.530,25
Novembro		R\$ 3.237.569,08
Dezembro		R\$ 4.659.844,34
TOTAL	R\$ 53.368.821,17	R\$ 32.332.309,84

As previsões de receitas foram definidas de acordo com as disposições contidas na Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, verificando-se uma frustração de arrecadação na ordem de R\$ 21.036.511,33 (vinte e um milhões, trinta e seis mil, quinhentos e onze reais e trinta e três centavos).

Confrontando-se a despesa fixada com a despesa realizada, constata-se uma diferença a maior na importância de R\$ 24.287.664,85 (vinte e quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

5 - ASPECTOS PATRIMONIAIS

Os bens patrimoniais foram devidamente levantados e verificados, estando sob a guarda deste poder, estando

devidamente incorporados no Anexo XIV - Balanço Patrimonial da Prestação de Contas.

6 - CONCLUSÃO

O processo de Prestação de Contas foi examinado pelo Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Resolução Normativa nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE - AL, e representam de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem as peças contidas no processo.

Procedeu-se o exame do Processo e Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade do Poder Executivo do Município de Minador do Negrão - AL.

Conclui-se que as demonstrações contábeis apresentadas representam adequadamente todos os aspectos legais; a posição patrimonial e financeira do Município em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas, em condições de ser submetida a apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Minador do Negrão, 27 de abril de 2021.

Josias Soares da Silva
Prefeito